



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



LEI Nº 011/2002-GPMP

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES E.M.T.T. SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O cidadão *Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho*, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 66 da Lei Orgânica Municipal de Parintins.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 25 de setembro de 2002, APROVOU e eu SANCIONO a seguinte,

**LEI**

**Art. 1º.** Fica criada a Empresa Municipal de Trânsito e Transportes, sigla E.M.T.T., empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, autônoma administrativa e financeiramente, com patrimônio próprio que se regerá pelas normas Constitucionais, e pela Lei Orgânica do Município de Parintins, pela Lei 6.404/76 no que couber e por seus estatutos.

**Art. 2º.** A Empresa Municipal de Trânsito e Transportes – E.M.T.T. terá sede no foro na cidade de Parintins – Município do Estado do Amazonas, com duração indeterminada, tendo sua extinção somente através de Lei Ordinária do Poder Executivo Municipal e na forma da legislação específica para o caso.

**Art. 3º.** Será de competência da Empresa Municipal de Trânsito e Transportes – E.M.T.T, o seguinte:

1. Controlar, planejar, gerir e fiscalizar o sistema de transporte de passageiros nas modalidades individual, coletivo, moto-táxi, de frete, de cargas e no que couber no âmbito do Município.
2. Através de convênios ou delegação, executar obras e serviços da Administração Pública, direta ou indireta, União, Estados ou de Municípios, relacionados com suas atribuições;
3. Estatísticas de acidentes de trânsito, através de dados colhidos, e estudo de suas causas;
4. No âmbito de suas atribuições, exigir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no Município de Parintins;
5. Na fiscalização do trânsito, executar e autuar, aplicando as medidas administrativas cabíveis a cada infração, quando da circulação,

*Dra. Anacleto Maria da Silva*  
Procuradora  
00  
00





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- estacionamento e parada, previstas no Código de Trânsito, no exercício do poder de polícia de trânsito;
6. Quando da aplicação de multas, deverão ser aplicadas as penalidades por escrito, por infrações de má circulação, estacionamento indevido, paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando as infrações e arrecadando as multas que aplicar;
  7. Fazer cumprir os regulamentos dos serviços de sua competência;
  8. Elaboração de estudos das tarifas e submeter a apreciação do Prefeito Municipal, fazendo sua aplicação, quando da aprovação.
  9. Implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização, e de todos os meios disponíveis de equipamentos de controle viários;
  10. Interseção no serviço de transporte coletivo e urbano, nos termos do regulamento respectivo, sempre que o serviço esteja na iminência de sofrer solução de continuidade;
  11. Apoiar, sempre que solicitado o órgão ambiental, quando das ações específicas de fiscalização no que tange a agentes poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela carga, de acordo com o estabelecido na legislação pertinente;
  12. Criar e promover, através da participação de Projetos de Programas de Educação e Segurança de Trânsito, sempre atendendo as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
  13. Proporcionar o registro e licenciamento, na forma da legislação: motocicletas, ciclomotores, veículos de tração ou de propulsão humana, e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando as penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;
  14. Promover a regulamentação, planejamento, projeção, da regulamentação e operação do trânsito de veículos, de pedestres e de animais, promovendo o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
  15. Fazer cumprir o artigo 93 e 95 do CTB, promovendo a fiscalização, aplicando as penalidades pertinentes a espécie e arrecadando as multas nele previstas;
  16. Em conjunto com o órgão de Polícia Ostensiva de Trânsito, estabelecer, observando o conjunto, diretrizes de policiamento de trânsito do município de Parintins;
  17. Providenciar o credenciamento para executar os serviços de escolta e remoção de veículos, fiscalizando e adotando medidas de segurança relativas a esses serviços, bem como ao de transporte de carga indivisível;
  18. Proporcionar a concessão de autorização para condução de veículos de propulsão humana e de tração animal;
  19. Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
  20. Efetuar fiscalização de veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos necessários a observância para efetiva circulação desses veículos;
  21. Integrar-se a outros órgãos e entidades no Sistema Nacional de Trânsito, para fins de arrecadação e compensação de multas

*Dna. Anderson Garcia da Silva*  
Procuradora  
de Parintins - AM





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



impostos na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da federação;

**Art. 4.º** - A E.M.T.T. terá como capital inicial o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), que será integralizado pelo Município, em espécie, valores, bens imóveis e móveis, sendo estes últimos incorporados ao capital social pelo valor correspondente à avaliação feita pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Parintins.

I – Poderá sofrer aumento, através de ato do Poder Executivo, o capital social, mediante a incorporação de dotações orçamentárias que lhe forem consignadas, de reservas decorrentes de lucros de suas atividades, e de reavaliação do ativo.

**Art. 5.º** - A receita da E.M.T.T será:

- I – alienação de bens móveis e imóveis;
- II - valor de autorização, permissão ou concessão para o serviço de transporte de passageiros;
- III - multas de infração de trânsito e de estacionamento rotativo;
- IV - Tantas outras receitas que vierem a ser definidas em regulamentos específicos;
- V - Incorporação de resultados financeiros;
- VI -Arrecadação de preço público, pela utilização de serviços por ela oferecidos, cujo elenco, valores e forma de reajuste, serão fixados por ato do Poder Executivo Municipal, através de Decreto;
- VII-Valores oriundos de convênios com a União, Estados e Municípios, entidades particulares, destinados à execução de sua competência.

**Art. 6.º** - A E.M.T.T terá seu patrimônio formado por:

- I – contribuições ou doações oriundas de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, de particulares (pessoas físicas ou jurídicas);
- II – bens móveis e imóveis existentes ou que venham a adquirir;

**Art. 7.º** - Poderão ser transferidos a E.M.T.T. bens móveis e imóveis pertencentes ao Município de Parintins, para atendimento dos artigos 4.º ( capital inicial da E.M.T.T.) e 6.º ( patrimônio da E.M.T.T.) desta Lei, sendo analisado antecipadamente através de avaliação do órgão competente da Prefeitura, quando se lavrar o termo de doação, seguido obrigatoriamente de escritura pública, transcrita no registro de imóveis competente.

**Art. 8.º** O Município de Parintins, fica autorizado a prestar garantias e avais à operações que a E.M.T.T. possa realizar para alcance de seus objetivos, até o valor de R\$ 10.000,00 ( Dez Mil Reais).

**Art. 9.º** - O prefeito Municipal de Parintins com ajuda de um Conselho de Administração, nomeará a Diretoria Executiva para administrar a EMPRESA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES E.M.T.T., que administrará de acordo com as disposições estatutárias.

*Dr. Anacleto Garcia Jr. da Silva*  
Procuradoria  
09/10/2015  
CABEÇA D'ÁGUA





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



I – 01 Diretor Presidente, 01 Diretor de Trânsito e de Transportes, 01 Diretor Financeiro, 01 Diretor Administrativo, comporão a Diretoria Executiva, que deverão apresentar declaração de bens no início e no término do exercício do cargo.

II - A remuneração devida a Diretoria será o equivalente a 60% (Sessenta por cento) da remuneração devida ao Diretor Financeiro.

III - O Diretor Presidente quanto ao seu cargo, guarda equivalência ao de Secretário Municipal, inclusive quanto sua remuneração.

**Art. 10** - Deverá ser criado um Conselho Fiscal que atuará como órgão de fiscalização interna.

**Art. 11** - Deverá o Prefeito Municipal, autorizado a estabelecer decreto criando a estrutura organizacional da E.M.T.T., incluindo cargos de carreira, suas respectivas funções e cargos em comissão, definindo número de vagas, atribuições e remuneração.

I – **AD NUTUM** serão a exoneração dos titulares de cargos em comissão;

II - Regimento Interno da Empresa, constará as atribuições destes cargos.

**Art. 12** - O Prefeito Municipal de Parintins, fica autorizado a criar e extinguir, modificar a estrutura organizacional da E.M.T.T., de acordo com a dinâmica e conveniência dos serviços necessários ao atendimento do interesse público.

**Art. 13** - O art. 37, II da Lei Maior, regerá o acesso aos quadros de pessoas da E.M.T.T., que serão regidos pela CLT.

**Art. 14** - O Prefeito Municipal de Parintins, estabelecerá através de decreto os seus estatutos, o regimento interno, assim como as normas e regulamentos dos serviços que compõem o objetivo da Empresa Municipal de Trânsito e Transportes – E.M.T.T.

**Art. 15** - Ficará isento pelo prazo de 05 (cinco) anos, autorizado pelo Poder Executivo, a isenção de impostos municipais incidentes sobre seu patrimônio ou serviços vinculados às suas finalidades ou delas decorrentes.

**Art. 16** - A Secretaria Municipal de Administração, com orçamento já previsto, atenderá as despesas decorrentes da execução dessa Lei, inclusive com pessoal, atendidas pelo orçamento.

**Art. 17** - A E.M.T.T. visando maior eficiência e segurança do município, poderá celebrar convênio, delegando as atividades previstas nesta Lei.

**Art. 18** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, o que se dará mediante sua publicação, nos termos da Lei Orgânica do Município, revogadas as disposições em contrário.

Parintins, em 11 de outubro de 2002.

**Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho**  
Prefeito Municipal de Parintins

*Dra. Anacleto G. da Silva*  
Procuradora  
Geral do Município